

**Departamento Nacional de Especialistas em Educação – DESPE/CNTE**  
**Breve Histórico**

O DESPE foi criado em 1995, durante o XXV Congresso Nacional dos Trabalhadores em Educação, realizado na cidade do Rio de Janeiro, com o propósito de aprofundar o debate sobre o novo fazer dos profissionais das áreas de administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, observando suas identidades política e profissional e seus engajamentos nos movimentos da categoria, bem como para dar continuidade ao processo de unificação dos trabalhadores da escola pública do Brasil.

Junto com as orientações acima destacadas, o XXV Congresso da CNTE deliberou aos sindicatos filiados à Confederação a definição do “Cargo Único de Professores para o grupo do magistério”, de forma a explicitar as funções específicas dos Especialistas em educação.

Ao longo desses 18 anos de trajetória, o DESPE atuou na organização dos Departamentos de Especialistas nos Estados, e pautou o debate pedagógico à luz das mudanças sociais, especialmente aquelas decorrentes da reestruturação produtiva, da reorganização da gestão da escola e do sistema de ensino, das reformas do Estado – mais precisamente a reforma educacional –, além da necessidade de se resignificar a formação e a atuação dos Especialistas.

Com relação à discussão do Cargo Único, o DESPE priorizou seu olhar para o pedagogo, que no enquadramento dos planos de carreira encontra-se no cargo de Especialista. Contudo, essa definição não se restringe somente ao pedagogo, na medida em que as funções “técnico-pedagógicas” também são ocupadas pelos profissionais de outras áreas. E, por outro lado, o pedagogo, com a formação nas “habilitações”, muitas vezes atua como professor em sala de aula.

A identidade profissional do pedagogo, no contexto do debate do DESPE, inclusive sobre Carreira, ganhou ainda mais destaque a partir da primeira decisão do Supremo Tribunal Federal, que definiu a atividade docente, para fins de aposentadoria especial, como aquela exercida exclusivamente em sala de aula. Posteriormente, esse debate foi retomado com a ratificação da posição do STF em âmbito da Lei 11.301, que fez reacender a discussão sobre Cargo Único, a qual, em última análise, garantiria o direito à aposentadoria especial para todos os profissionais enquadrados em “cargo de professor”.

A contribuição do DESPE aos debates sobre Diretrizes Curriculares Nacionais, Projeto Político Pedagógico, Perfil Político Profissional, Gestão Democrática e outros temas de relevância para a qualidade da educação e a valorização do trabalho de seus profissionais, fez com que a CNTE inaugurasse um novo fazer político-sindical ao DESPE, qual seja, o de subsidiar as ações político-pedagógicas da Confederação, através de discussões com os diferentes atores educacionais.

Nesse sentido, o presente Seminário Nacional é mais uma etapa dessa nova jornada do DESPE, que mantém seu compromisso em organizar e pautar as lutas dos Especialistas, no âmbito dos sindicatos filiados à CNTE, em parceria com as demais entidades representativas desse segmento dos trabalhadores da educação básica.

Brasília, 16 de maio de 2013  
Madalena A. Alcântara

Coordenadora Nacional do DESPE – Gestão 2011/2014